

Transformações estruturais, análise conjuntural e alterações metodológicas: um balanço da economia baiana pela ótica do PIB 2002-2005

Edmundo Sá Barreto Figueirôa*, Gustavo Casseb Pessoti**

Resumo

Esse artigo foi elaborado para evidenciar o processo de mudança de base das contas regionais do Brasil e os rebatimentos numéricos e analíticos sobre a economia baiana. Ao longo do texto são apresentadas as principais modificações na metodologia de cálculo do Produto Interno Bruto (PIB), a nova configuração dos setores produtivos e um balanço da conjuntura econômica da Bahia no período compreendido entre 2002 e 2005.

Palavras-chave: Contas regionais. Bahia. Produto Interno Bruto. Conjuntura econômica. Mensuração da atividade econômica.

Abstract

This article was prepared to demonstrate the process for changing the regional accounts basis in Brazil and numerical and analytical rebuttals on the Bahian economy. The principal modifications in Gross Domestic Product (GDP) calculation methodology, a new productive sector configuration and balance of the Bahian economic climate in the period between 2002 and 2005 are presented during the paper.

Key words: Regional accounts. Bahia. Gross Domestic Product. Economic climate. Economic activity measurement.

INTRODUÇÃO

Desde o início do ano de 2007, quando o IBGE lançou a nova série metodológica e os resultados das Contas Nacionais, alguns institutos de pesquisa do País começaram a realizar estudos para examinar os possíveis rebatimentos desta mudança no cálculo do Produto Interno Bruto (PIB). A SEI – órgão oficial de estatística do estado da Bahia –, como participante desse projeto, iniciou, por meio de sua coordenação de Contas Regionais, um intenso processo de discussão e análises que envolveram desde debates com a sociedade, à produção de textos, para circulação na mídia, sobre os principais aspectos da nova metodologia. Os reflexos das mudanças, segundo

as análises, teriam impacto na forma de mensuração das economias regionais, exigindo ajustes nos programas setoriais que utilizavam o PIB como referência para a alocação de recursos.

No artigo anteriormente escrito sobre esta temática¹, procurou-se tornar públicas algumas das considerações sobre a nova metodologia e buscou-se identificar os seus rebatimentos para a economia baiana. Entretanto, àquela altura, embora as discussões metodológicas já estivessem bastante avançadas, ainda não se dispunha da nova série de dados que conformam o Sistema de Contas Regionais. Por isso, as análises contidas no referido texto, embora objetivassem estimular a crítica e o debate, por falta de dados estatísticos não possi-

* Economista, Diretor de Estatística e Indicadores da SEI e professor do Curso de Administração da UCSAL. edmundo@sei.ba.gov.br

**Economista, Coordenador de Contas Regionais e Finanças Públicas da SEI e professor do Curso de Ciências Econômicas da UNIFACS. gustavop@sei.ba.gov.br

¹ FIGUEIRÔA, Edmundo Sá Barreto; PESSOTI, Gustavo Casseb. O novo PIB da Bahia: breves notas metodológicas e rebatimentos regionais. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 155, p. 54-59, abr./jun. 2007.

bilitavam uma visão mais detalhada da nova leitura da estrutura econômica do estado, limitando-se a considerações de caráter metodológico.

Este artigo tem como objetivo complementar as informações metodológicas já debatidas em ocasiões anteriores e avançar na análise da estrutura da economia baiana, evidenciada após a atualização da nova série das Contas Regionais do Brasil. Complementarmente, será realizado um balanço sobre a conjuntura econômica da Bahia no período 2003-2005.²

RESGATE DAS PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES METODOLÓGICAS DA NOVA SÉRIE DAS CONTAS REGIONAIS

A atualização de uma série de Contas Regionais, usualmente referida como mudança de base, é, normalmente, compreendida como a atualização dos pesos relativos das atividades econômicas utilizados no cálculo do Produto Interno Bruto dos estados, e de seus componentes a preços constantes de um determinado ano. Quando se realiza a chamada "mudança de base", incorpora-se, geralmente, nova classificação de bens e serviços, novas fontes de dados, assim como os resultados de novas pesquisas realizadas, visando o estabelecimento de marcos estruturais que serão referências para a nova série (NACIONES UNIDAS, 1993).

A escolha do ano base deve recair, sempre que possível, sobre um ano para o qual se disponha de dados suficientes para a sua construção, e deve se pautar em uma metodologia homogênea para todos os estados. Tendo em vista as características do sistema estatístico adotado no Brasil, o ano de referência das Contas Regionais em 2002 foi selecionado por ter sido este um ano conjunturalmente equilibrado, e para o qual já estava disponível um conjunto de pesquisas estruturais³, que vieram preencher a lacuna deixada pela inexistência de levantamentos censitários.

O IBGE, desde 1985, não realiza os censos econômicos, os quais, quinquenalmente, serviam de parâmetro e base de dados para a elaboração das Contas Nacionais. A única exceção ficou para o censo agropecuário, que deveria continuar sendo levantado sistematicamente, mas que também sofreu solução de continuidade, somente indo a campo entre 1995/96. Utilizando o conceito de anosafra, este último censo apresentava certa incompatibilidade com o anteriormente divulgado (1985), que tinha o seu horizonte temporal baseado no calendário civil. Esse fato, por si só, exigiu adaptações metodológicas para torná-los comparáveis.

Em lugar dos levantamentos censitários, o IBGE passou a utilizar as suas pesquisas estruturais anuais, que buscam abarcar os principais setores econômicos e que agora alicerçam a estruturação da nova série do PIB. Dentre elas destacam-se: a Pesquisa Industrial Anual (PIA), a Pesquisa Anual dos Serviços (PAS), a Pesquisa Anual do Comércio (PAC) e a Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC), entre outras. Essa mudança de fonte de informações, por si só, já suscita alguns esclarecimentos, dado que essas pesquisas passaram a ser a nova fonte de referência para a produção de estatísticas nacionais e estarão, também, alimentando o Sistema de Contas Regionais.

O cálculo anterior, isto é, aquele que vinha sendo utilizado para a mensuração do PIB do Brasil e das unidades da Federação, até março de 2007, utilizava os censos econômicos como base de cálculo (os últimos realizados datam de 1985). Os censos tinham como objeto de investigação o "estabelecimento", o qual fornecia todos os dados necessários ao modelo utilizado. Os dados obtidos se referiam ao espaço territorial onde o mesmo exercia as suas atividades. Dessa maneira, a informação obtida nos referidos estabelecimentos estava, de certa forma, automaticamente regionalizada. Ou seja, para grande parte do cálculo do PIB dos estados não era necessário aplicar, praticamente, nenhum método de rateio com o objetivo de regionalização das informações obtidas (FIGUEIRÔA; PESSOTI, 2007).

Entretanto, com a utilização apenas dos dados dos censos era impossível, especialmente em nível regional – no qual o cálculo é efetuado apenas pela ótica do produto –, proceder as atualizações dos

coeficientes de consumo intermediário das diversas atividades econômicas, especialmente em função da defasagem temporal existente entre os levantamentos censitários. Em outras palavras, não se tinha um balizador para verificar, de maneira atualizada, se a relação entre o Consumo Intermediário (CI) e o Valor Bruto da Produção (VBP) havia sofrido grandes modificações.

Dessa forma, com os dados obtidos dos levantamentos anuais, as citadas variáveis macroeconômicas podem ser atualizadas. Nesse sentido, com o CI e o VBP agora obtidos diretamente das pesquisas, pôde-se avaliar o nível de aderência dos novos coeficientes em relação àqueles obtidos no censo de 1985, assim como daqueles que foram estimados, por extrapolação, ao longo da série anteriormente divulgada.

A atualização dos coeficientes alterou os resultados do Valor Agregado Bruto – VAB, pois as referidas pesquisas captam, anualmente, as mudanças ocorridas na economia, ao longo do tempo, que modificaram a composição interna dos setores e segmentos do PIB.

Com a utilização das atuais pesquisas, os procedimentos de cálculo mudam radicalmente. Ao atualizar anualmente a base de dados, capta-se com maior agilidade a entrada de novas empresas e/ou o fechamento daquelas já estabelecidas no mercado. No que tange a informações regionalizadas, em termos estaduais, as pesquisas econômicas apresentam uma diferença bastante considerável quando comparadas com os antigos censos, pois estas têm como foco a empresa, e não mais o estabelecimento, objeto dos antigos censos. Este fato impõe a necessidade de implementação de um processo criterioso de regionalização, pois a empresa pode ter unidades operando em diversos espaços do território nacional (FIGUEIRÔA; PESSOTI, 2007).

Como as principais informações se concentram na sede da empresa, os valores obtidos têm que ser rateados entre os diversos espaços onde a mesma exerce suas atividades, por meio de suas Unidades Locais de Produção ("filiais"), que também fazem parte do universo da pesquisa, porém respondem a um questionário que contempla um menor número

de variáveis. Para proceder ao rateio dos dados das empresas "matrizes", o IBGE utilizou, como ponderadores, as informações prestadas pelas Unidades Locais de Produção (IBGE, 2007a) Vale salientar que a empresa pode ter Unidades Locais desempenhando mais de um tipo de atividade, podendo produzir diferentes produtos/serviços, os quais podem, também, ser enquadrados em diferentes classificações econômicas.

Além do trabalho de atualização das fontes de informação, foi realizado, complementarmente, um processo de reclassificação de algumas atividades econômicas. Esse procedimento, extremamente necessário, também contribuiu para imprimir mudanças no peso relativo de determinadas atividades/setores na composição do PIB. Nesse sentido, foi realizado o cruzamento conjunto e simultâneo das bases de dados das diversas pesquisas, o que possibilitou uma melhor depuração e um maior ajustamento dos níveis de classificação das atividades. Com o dito procedimento, houve uma ampliação do setor de serviços, uma vez que determinadas atividades auxiliares⁴ classificadas em outros segmentos passaram a ser enquadradas como atividades de serviços.

Uma observação também importante é o fato de que as pesquisas são realizadas anualmente, permitindo que parte da construção dos níveis de evolução do produto real possa, também, ser realizada por processos de deflacionamento. Essa se constitui uma vantagem adicional pelo uso das novas fontes de informação, que fornecem anualmente valores nominais por setor de atividade econômica.

Assim, as séries regionais foram revisadas de forma que sua metodologia e a base de dados ficassem completamente integradas com a série das Contas Nacionais. Dessa forma, foram incorporadas, integralmente, as pesquisas anuais do IBGE, as informações anuais da Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica, os resultados da Pesquisa de Orçamentos Familiares de 2003, o Censo Agropecuário 1996, adotando-se,

⁴Por exemplo: a prestação de serviços a outros setores de atividades, que se incorporava ao setor objeto da prestação, e que não era enquadrada no setor de serviços.

²As informações relativas à nova base das Contas Regionais da Bahia serão disponibilizadas nesse momento apenas para o período compreendido entre os anos de 2002 e 2005. Oportunamente, a equipe de Contas Regionais da SEI estará trabalhando para retroportar a série de dados e extrapolar a tendência de crescimento com base na metodologia do PIB trimestral.

³A exemplo da Pesquisa Industrial Anual (PIA), Pesquisa Anual do Comércio (PAC), Pesquisa Anual dos Serviços (PAS) e da Pesquisa Anual da Indústria da Construção (PAIC).

também, a classificação de atividades e produtos, inteiramente compatível com a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE).

A nova série de Contas Regionais tem agora como referência o ano de 2002, passando a ser divulgada com 17 atividades econômicas, ajustadas com os dados do Brasil, em valores constantes e correntes.

A escolha do período de referência recaiu sobre o ano de 2002. Dentre os vários motivos, destacou-se o fato da Pesquisa Nacional de Amstras e Domicílios - PNAD receber uma nova classificação (CNAE domiciliar), ficando compatível com os anos subsequentes. Nesse mesmo ano, a Pesquisa Anual da Indústria da Construção - PAIC passou a ter um perfil semelhante ao das outras pesquisas anuais, isto é, com estrato amostral e estrato certo, deixando de ser apenas um painel. Dispõe-se também da Pesquisa Industrial Mensal (PIM), tendo este indicador importância de destaque, pois com a ampliação da sua abrangência geográfica, a mesma possibilita a mensuração do desempenho real das atividades industriais, na quase totalidade das unidades da Federação.

TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS E REBATIMENTOS DA NOVA METODOLOGIA PARA ANÁLISE DA ECONOMIA BAIANA

As Contas Regionais, elaboradas sob metodologia uniforme para todas as unidades da Federação, estão atreladas aos procedimentos implementados em âmbito nacional, de maneira que os seus resultados sejam comparáveis entre os diversos estados e o total dos mesmos convirja com o total do País.

Dadas as características e perfis econômicos, diferenciados em âmbito regional, os rebatimentos das mudanças assumem intensidades, também diferenciadas, em cada um dos estados, provocando reduções ou aumentos das suas grandezas macroeconômicas, assim como reduções ou aumentos nas taxas de crescimento real anteriormente divulgadas. Este fato é resultante das modificações do peso relativo dos setores das referidas economias pela susceptibilidade destes em relação à magnitude dessas alterações.

Como será demonstrado a seguir, as citadas mudanças geraram expressiva reponderação inter-

na na estrutura das atividades econômicas⁵. Nesse sentido, em relação ao cálculo da magnitude global do PIB em termos anuais, tanto a preços constantes (de onde se pode avaliar o crescimento real da economia) quanto a preços correntes, os resultados apresentaram ligeiras modificações em relação às séries anteriormente divulgadas. Apenas para corroborar esse fato, vale a pena lembrar que quando o IBGE divulgou a nova série das contas do País, a diferença entre o valor nominal do PIB do Brasil calculado pela nova metodologia e o calculado pela metodologia anteriormente divulgada foi de 11% para o ano de 2005.

É certo afirmar, portanto, que as mudanças e inovações incorporadas à nova metodologia permitem, em um menor intervalo de tempo, atualizar a composição interna do PIB de todas as unidades da Federação. Com base nos novos resultados, pode-se ter mais clareza da importância relativa das novas atividades na geração do valor agregado, tanto em nível de atividade quanto de produto.

Entre as principais modificações relacionadas à nova metodologia do Produto Interno Bruto, destacam-se as seguintes (IBGE, 2007a):

• O setor de Telecomunicações deu lugar aos Serviços de Informação, que conta, além das telecomunicações, com consultoria de hardware, software, processamento de dados, atividades de banco de dados e distribuição on-line, atividade cinematográfica, de rádio e agências de notícias. Um dos objetivos da mudança foi incorporar uma série de itens que não vinham sendo considerados na série anterior, e que nos últimos tempos passaram a ter relevância para a economia.

• Para a Administração Pública foi desenvolvida uma metodologia de cálculo específica para o consumo de capital fixo (depreciação de máquinas, equipamentos e instalações) que permite a estimativa do valor de produção, sob o conceito de produção bruta, antes calculada pela ótica da renda.

⁵ Esta nova estrutura será a base de ponderação do cálculo para extrapolação da tendência de crescimento da economia, inclusive no modelo de estimação trimestral.

Ainda sobre a Administração Pública, a mesma experimentou um salto qualitativo. Em sua estimativa a preços constantes, cada elemento de sua conta de produção (remunerações, gastos de custeio e consumo de capital fixo)

passou a ter índices próprios para mensurar a sua evolução: as remunerações e encargos passaram a ser movidos por um índice de volume construído com base no número

de funcionários; os custos explícitos por deflatores específicos; e o consumo de capital (depreciação) pelo deflator do consumo de capital das Contas Nacionais, diferentemente da série antiga, na qual toda a atividade era movida pelo crescimento da população.

Os Serviços de Intermediação Financeira Indiretamente Medidos (SIFIM) são agora distribuídos proporcionalmente ao valor agregado das atividades, eliminando-se, assim, o destaque da atividade "dummy financeiro", setor fictício na metodologia antiga, que tem produção nula e o consumo intermediário igual ao valor do SIFIM.

A atividade de intermediação financeira passou a contabilizar os fundos de investimentos. Além disso, a medição da evolução real da atividade, antes calculada considerando a média do crescimento da economia, passou a levar em conta fatores como a variação no valor das tarifas bancárias e o deflator implícito do PIB.

A incorporação, na área do consumo, ao lado do consumo das famílias, dos valores da produção não mercantil das instituições sem fins lucrativos, terceiro setor (ONGs, igrejas e clubes).

Criação das atividades agrícolas, pecuárias, silvicultura, exploração vegetal e pesca, antes trabalhadas e divulgadas de maneira conjunta no setor agropecuário.

Com base nessas modificações, houve uma reponderação interna nas atividades econômicas, e, como resultante, tornou-se perceptível a mudança no perfil econômico da Bahia

Alterações na classificação de alguns produtos/atividades, fazendo-os migrar de um determinado setor da economia para outro. A base da classificação é a CNAE (Classificação Nacional das Atividades Econômicas). Exemplo: a atividade dos correios era classificada em comunicações. Pela nova classificação a atividade se incorpora ao setor transportes.

• Incorporação de informações oriundas das declarações do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (DIRPJ) e Inclusão da Pesquisa de Orçamento familiar (POF) e da Pesquisa sobre a informalidade (ECINF).

• Reclassificação da COFINS, que deixa de ser um imposto sobre a produção e passa a ser considerado um imposto sobre produto.

Com base nessas modificações, houve, conforme já mencionado, uma reponderação interna nas atividades econômicas, e, como resultante, tornou-se perceptível a mudança no perfil econômico da Bahia. Com a mudança das fontes de informação e com todas as alterações nos procedimentos de cálculo e aperfeiçoamentos metodológicos, ficou patente que a realidade econômica que a antiga metodologia permitia observar precisava de uma correção. Este é um dos principais avanços que deve ser creditado à nova metodologia: uma correção e atualização na mensuração de determinadas variáveis macroeconômicas, principalmente as relacionadas ao consumo intermediário das empresas.

Uma grande contribuição ao cálculo, pelo uso das pesquisas estruturais – além de um conjunto de vantagens já mencionadas –, relaciona-se à mensuração do Consumo Intermediário (CI) dos setores produtivos. No cálculo anterior, por inexistência de informações atualizadas, trabalhava-se a referida variável, em geral, pelo método da extrapolação dos valores do ano-base, aplicando-se índices de volumes aproximados, ou correlacionados. Para a construção do respectivo valor corrente do CI, usavam-se os índices de preços disponíveis que melhor pudes-

sem refletir as variações dos preços dos principais insumos de cada atividade. Vale salientar, entretanto, que grande parte dos índices existentes e disponíveis, necessários à execução desse processo, não é desenhada regionalmente, de maneira a torná-los capazes de espelhar as especificidades das diferentes unidades da Federação.

Com os dados correntes, anualmente disponibilizados pelas pesquisas, constatou-se que, ao longo do tempo, diversas transformações se processaram na função de produção de grande parte dos setores e atividades, em especial da indústria de transformação. Este fato veio corroborar as análises de que houve uma reestruturação produtiva na economia brasileira, ensejada, principalmente, pela maior abertura e, com o aumento da concorrência, as margens se estreitaram em busca da competitividade.

Nesse sentido, o processo de terceirização, por exemplo, jogou um importante papel, pois, com a sua avançada e expressiva incorporação, deslocou os salários e encargos dos empregados, antes computados no Valor Agregado das empresas produtoras de bens, para o Valor Agregado das empresas prestadoras de serviços. Por outro lado, a empresa contratante dos serviços passou a contabilizar os valores referentes aos respectivos serviços prestados como Consumo Intermediário. Esse duplo movimento, que do ponto de vista das empresas pode estar ligado à racionalização de processos, especialização, busca do "just in time", e à questões tributárias e/ou trabalhistas, entre outras, resultou, do ponto de vista da classificação das variáveis na contabilidade social, em um aumento do Consumo Intermediário Industrial⁶, implicando na diminuição do seu Valor Agregado.

O setor de serviços, por sua vez, seguindo uma tendência mundial, amplia o seu Valor Agregado, face à reconfiguração dos processos de gestão e produção em diversas atividades econômicas. Principalmente a partir da década de 1990, com a incorporação de segmentos modernos, a exemplo dos de informática, Internet, consultorias em software, banco de dados, entre outros, o setor ampliou a sua participação na economia.

Considerando-se o perfil da economia baiana, historicamente, com forte concentração no setor

secundário, percebem-se os reflexos das questões anteriormente alinhadas quando se compara os resultados da série anterior do PIB com os da nova série, agora em vigor.

Tabela 1
Produto Interno Bruto – nova série e série antiga
Bahia, 2002-2005

Ano	PIB Bahia nova série (R\$ milhão)	Taxa de crescimento nova série (%)	PIB Bahia série antiga (R\$ milhão)	Taxa de crescimento série antiga (%)
2002	60.672	-	62.102	-
2003	68.147	2,2	73.167	2,3
2004	79.083	9,2	86.882	9,6
2005	90.943	4,7	96.442	5,7

Fonte: SEI/IBGE

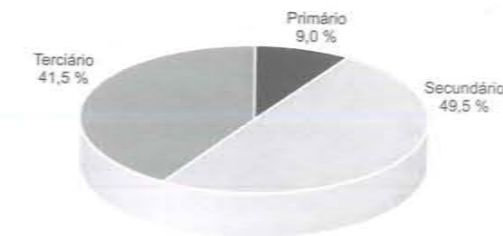
Como ficou demonstrado pelos números da Tabela 1, percebem-se modificações entre as duas séries, tanto no valor nominal do PIB quanto na variação real de crescimento da economia baiana, fato já esperado, considerando-se os aperfeiçoamentos, ampliação e periodicidade do número de instrumentos de levantamentos estatísticos, assim como os avanços metodológicos incorporados na nova série.

A Bahia, desde os fins da década de 1990, recebeu investimentos industriais de grande porte. Esses investimentos, que contribuíram para o processo de diversificação da matriz industrial, foram alocados em diversos segmentos, tais como: o complexo automotivo, calçadista, eletroeletrônico, celulose e plásticos, entre outros. Entretanto, os mesmos foram captados pela antiga metodologia de cálculo, que não contava, ainda, com o auxílio das pesquisas estruturais anuais, desenhadas para ampliar a visão dos elementos constitutivos das variáveis macroeconômicas que compõem o PIB em nível regional.

Diante do exposto, observava-se uma predominância do setor industrial na composição do PIB baiano, como revela o Gráfico 1 e, no Gráfico 2, a expansão do setor de Serviços, sob o prisma da nova metodologia.

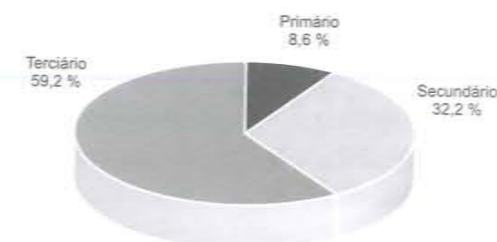
Conforme demonstrado pelos gráficos anteriores, houve uma reestruturação setorial no PIB baiano. As modificações de pesos relativos refletem, portanto, o maior ou menor impacto setorial das transformações ocorridas ao longo do tempo na economia, assim como aqueles resultantes do processo de atualização das informações e das alterações e avanços metodológicos incorporados ao cálculo da nova série.

Gráfico 1
PIB - BA - 2005
Estrutura por grandes setores, na série antiga



Fonte: SEI

Gráfico 2
PIB - BA - 2005
Estrutura por grandes setores, na nova série



Fonte: SEI

Feitas as considerações a respeito das novas fontes de informação que passam a embasar a nova série do PIB, assim como dos novos procedimentos metodológicos, cumpre analisar a evolução da economia baiana com base nos indicadores conjunturais que marcaram a trajetória dos seus principais setores de atividade.

A ECONOMIA BAIANA ENTRE 2002 E 2005

O PIB da Bahia cresceu, em média, 5,3% no período compreendido entre 2002 e 2005, acumulando nesse mesmo período uma expansão de 16,9%. Os resultados mais positivos estiveram associados às dinâmicas da agricultura, da indústria de transformação e dos serviços industriais de utilidade pública, que apresentaram expansão na atividade interna em todos os anos da série considerada. A Tabela 2, a seguir, atualiza a nova estrutura produtiva da economia baiana e apresenta a taxa de crescimento das 17 atividades que são segmentadas no cálculo da nova série das Contas Regionais.

Tabela 2
Taxa de crescimento anual dos setores de atividade econômica
Bahia, 2002-2005

Atividades	2002		2003		2004		2005	
	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento	Nova estrutura	Taxa de crescimento
Agricultura, silvicultura e exploração vegetal	8,1	...	7,9	0,2	8,6	36,6	6,5	15,9
Pecuária e pesca	2,4	...	2,7	2,7	2,3	0	2,1	0,7
Indústria extrativa mineral	1,3	...	1,4	6,3	1,7	7,8	1,7	-4,6
Indústria de transformação	15,9	...	15,8	11,9	16,5	13,3	16,9	4,8
Construção	7,2	...	6,4	-7,2	7,0	6,3	8,2	2,9
SIUP	4,4	...	5,2	4	5,5	7,8	5,4	5,8
Comércio, serviços e manutenção e reparação	10,5	...	11,3	-1,2	11,6	6,1	11,1	3,5
Serviços de alojamento e alimentação	2,4	...	2,0	2,7	2,2	4,4	3,0	7,4
Transporte, armazenagem e correio	4,1	...	4,3	-4,2	3,9	14	4,3	3,5
Serviços de informação	2,8	...	3,2	2,7	2,8	4,3	2,9	4,2
Intermediação financeira, seguros e previdência	4,9	...	3,9	-2,9	3,4	9,6	3,8	5,0
Serviços prestados às empresas	3,1	...	3,6	1,5	3,9	13,3	3,8	6,7
Atividades imobiliárias e aluguel	9,6	...	9,4	4,4	8,9	4,4	8,4	3,0
Administração, educação e saúde públicas	16,3	...	16,1	1,9	15,2	2,4	15,8	0,1
Saúde e educação mercantis	3,8	...	3,7	-0,2	3,5	4,4	3,0	4,6
Serviços domésticos	1,2	...	1,1	-1,8	1,1	6,2	1,2	12,2
PIB Bahia	100,0	...	100,0	2,2	100,0	9,2	100,0	4,7

Fonte: SEI/Coordenação de Contas Regionais e Finanças Públicas

⁶ Esses processos de terceirização não podiam ser captados com tanta rapidez na metodologia antiga, pois a mesma se baseava em censos econômicos quinquenais, sendo os últimos, a exceção do agropecuário, levantados em 1985.

A par desse desempenho em seu nível de atividade interna, houve uma ligeira recuperação da participação da economia baiana em relação à economia nacional, passando de 4,1%, em 2004, para 4,2%, em 2005. Esse leve incremento na participação da Bahia reflete o nível de crescimento em relação à economia brasileira, que, entre 2002 e 2005, expandiu-se a uma taxa média de 4,1%, acumulando no período uma expansão de 12,9%, isto é, exatos 4 pontos percentuais a menos que a economia baiana, no mesmo período de análise.

A seguir, será apresentado um balanço da conjuntura econômica da Bahia no período compreendido entre 2003 e 2005, evidenciando o desempenho dos principais setores produtivos do PIB baiano, que, conforme evidenciado pelos dados da Tabela 2, apresentaram durante todo o período resultados satisfatórios no indicador de desempenho anual. A análise parte do ano 2003, pois, embora existam valores nominais para o ano de 2002, enquanto não for realizado um trabalho de "retropolação" da série, não será possível determinar o nível de expansão econômica para o referido ano.

2003: ATIVIDADE INDUSTRIAL ESTIMULA O CRESCIMENTO ECONÔMICO DO ESTADO

Alavancado pelo segmento industrial, em 2003 o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 2,2%, taxa que, apesar de modesta, foi 1,1 ponto percentual maior que a registrada para a economia brasileira.

Conforme demonstrado pelos números da Tabela 2, o segmento da indústria de transformação foi o principal indutor dessa expansão. Em que pese os números modestos de desempenho dos seus segmentos mais tradicionais, a indústria baiana de transformação evoluiu positivamente, fechando o ano de 2003 com crescimento de 11,9%. Nesse sentido, importa ressaltar o impulso que a atividade recebeu dos novos empreendimentos produtivos no segmento industrial, com destaque para o parque automotivo, em Camaçari, que em menos

de três anos de funcionamento atingiu o volume de produção que era previsto para o final de 2005. O crescimento de 132% foi o grande responsável não só pela expansão registrada no segmento, mas, principalmente, pela mudança que começa a se de-

linear no panorama industrial do estado.

Contrariando as previsões do início do ano, quando o panorama mundial mostrava-se desfavorável, em virtude da

guerra no Iraque, e pairavam incertezas quanto aos rumos da economia do País, com o novo comando no governo federal, o setor industrial baiano cresceu alicerçado exatamente no aumento da demanda por novos produtos da pauta de exportação.

A taxa de crescimento só não foi maior porque importantes segmentos da indústria estadual apresentaram retração, a exemplo do gênero refino de petróleo (12%), refletindo as paradas para manutenção na principal indústria do segmento.

Funcionando como termômetro do desempenho macroeconômico, o comércio apresentou retração de aproximadamente 1,2%, influenciado pela política econômica vigente, que, durante todo o ano de 2003, acionou mecanismos preventivos de combate à ameaça de aceleração dos preços, a exemplo da elevação da taxa básica de juros para 26,5% ao ano, em fevereiro, e da alíquota dos depósitos compulsórios (de 45,0% para 60,0%), limitando o acesso ao crédito.

É certo que o governo federal buscou estimular a demanda agregada e adotou algumas medidas expansionistas no início do segundo semestre do ano, como a redução dos juros básicos e dos compulsórios, procurando incentivar segmentos representativos do comércio, como o de veículos – que foi beneficiado com a redução do IPI – e o de eletrodomésticos da "linha branca" – contemplado com a criação de linhas especiais de financiamento. No entanto, a desaceleração do ritmo de crescimento da economia provocou aumento do desemprego e queda da renda média do trabalhador brasileiro, afetando os diversos segmentos do varejo, sobretudo o de veículos, motos, partes e peças, cujas vendas, no estado, foram negativas em 0,1%, em relação ao ano de 2002.

Alavancado pelo segmento industrial, em 2003 o Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia cresceu 2,2%

Com relação à agropecuária, os indicadores relativos ao desempenho das principais lavouras no ano de 2003, fornecidos pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), do IBGE, mostram que nesse ano a agricultura baiana cresceu 0,2%. A produção agropecuária, como um todo, apresentou um incremento maior, de 0,8%, espelhando o desempenho da pecuária, que se expandiu 2,7% nesse mesmo período.

Em 2004, o Produto Interno Bruto do Estado alcançou patamar bastante elevado

Os resultados mais favoráveis ficaram com a produção de milho (70,8%), algodão herbáceo (53,6%) e soja (6,3%), culturas que já vinham se destacando no ranking da produção agrícola do estado nos últimos anos.

O crescimento da produção de milho decorreu da expansão da área plantada e do aumento significativo do rendimento médio do cultivo. Os elevados preços vigentes no mercado interno, no primeiro semestre do ano, e as condições climáticas favoráveis exerceram forte influência nesses resultados. Tais condições favoreceram, também, a cultura do algodão, que vem incorporando índices crescentes de mecanização ao seu processo produtivo, o que concorreu para elevar em cerca de 34,0% o seu rendimento médio.

Figurando, também, entre os destaques de 2003, apesar de ter crescido a uma taxa mais modesta (0,2%), está o cacau, posicionado como o terceiro mais importante produto agrícola da Bahia, em termos de valor bruto da produção, naquele ano. O rendimento médio de sua produção foi 16,7% maior do que o resultado de 2002.

O sorgo, que vem sendo amplamente utilizado na composição das rações animais como produto alternativo ao milho, registrou incremento de 119,2% na produção e de 99,3% na área plantada, em função dos bons preços que alcançou no mercado interno.

Os demais serviços apresentaram resultados mais modestos em 2003, a exemplo de alojamento e alimentação, que cresceu 2,7%, estimulado pela expansão do movimento turístico no estado no período.

Como se vê, não obstante as condições macroeconômicas adversas, o estado logrou crescimento superior ao da economia nacional, favorecido pelos

novos investimentos em setores de ponta, a exemplo da indústria automotiva, diversificando a estrutura produtiva da economia baiana. No entanto, em que pese a forte vinculação desses novos empreendimentos ao mercado externo, um ambiente macro-

econômico favorável constitui o pré-requisito básico do seu crescimento. Afinal, a Bahia como um estado sub-nacional permanece, também,

submetido às medidas de caráter macroeconômico implementadas em nível nacional.

BAHIA 2004: CONSOLIDAÇÃO DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

Em 2004, o Produto Interno Bruto do Estado alcançou patamar bastante elevado. A taxa de 9,2% ficou mais de três pontos percentuais acima do resultado do País, estimado em 5,7%.

Com esse desempenho, o PIB da Bahia atingiu a marca de R\$ 79 bilhões, nesse ano, confirmando a posição do estado como a sexta maior economia do Brasil.

Novamente liderado pelo ótimo desempenho industrial, o PIB baiano apresentou uma expansão de 9,2% no ano de 2004. Além do resultado da indústria de transformação, que nesse ano registrou uma expansão de 13,3%, devem ser destacados os resultados do comércio, com alta de 6,1% em relação ao ano anterior, e da produção agrícola de grãos, que acumulou novo recorde (5,3 milhões de toneladas).

Com relação ao setor industrial baiano (indústria de transformação + indústria extrativa mineral + construção + serviços industriais de utilidade pública), a taxa de crescimento apontou uma expansão de aproximadamente 13%. Em relação a esse desempenho devem ser feitas duas observações muito importantes: primeiro, com esse resultado a indústria de transformação se consolida como setor mais importante na geração de riquezas para o estado da Bahia, com participação de 17% no PIB; segundo, deve-se destacar que, ao contrário dos grandes centros industriais do Brasil, como São Paulo e Minas Gerais, em que a taxa de crescimento refletiu uma retomada do patamar de produção

de 2002, no caso da Bahia, a indústria cresceu sob uma base já expandida em 11,9% em 2003.

Praticamente todos os setores do parque industrial baiano, segundo a Pesquisa Industrial Mensal (PIM-PF/IBGE), apresentaram taxas de crescimento positivas em 2004. Dentre eles destacam-se: refino de petróleo e álcool (27,1%), produtos químicos (5,1%), metalurgia básica (6,9%), veículos automotores (56%), minerais não metálicos (12,5%), alimentos e bebidas (6,2%), borracha e plástico (10,8%) e indústria extrativa (1,8%). A única queda entre os setores pesquisados aconteceu na indústria de celulose, papel e produtos de papel (-3,0%).

Com relação ao refino de petróleo e produção de álcool, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), ocorreu um aumento na produção de derivados de petróleo no estado, que passou de 6,24 milhões m³ no primeiro semestre de 2003 para 7,13 milhões de m³ em 2004, representando um aumento de 14,2% no período. A produção de óleo diesel aumentou 30,9%, atingindo um total de 2,29 milhões m³, e a de óleo combustível, 1,62 milhão m³, com um aumento de 12,5%. Já a produção de nafta para petroquímica aumentou 26,1% no mesmo período.

O setor de produtos químicos foi beneficiado pelo aumento de capacidade instalada para produção de eteno, que atingiu 90% no segundo trimestre de 2004, reflexo do aumento da demanda dos produtores de resinas termoplásticas e de outros produtores do Pólo Petroquímico de Camaçari. Além disso, destaca-se também o aumento nas encomendas de insumos básicos por parte do setor industrial da região Sudeste do Brasil, que utiliza produtos petroquímicos baianos para a produção de seus bens finais.

No que se refere à metalurgia básica – segmento importante por produzir insumos de ampla utilização na economia e ter grande presença na pauta de exportações –, ela obteve desempenho positivo, com aumento da produção próximo a 6,9%. O aumento do preço das *commodities* foi o principal estímulo de produção, apesar de no primeiro semestre ter ocorrido uma parada programada para manutenção, na principal unidade fabril, que consumiu mais de trinta dias, afetando o desempenho e gerando a necessidade, para o atendimento dos clientes, de importação de matéria-prima. Outro fator que corrobora esse

desempenho da indústria metalúrgica relaciona-se à performance satisfatória da construção civil, grande demandante da indústria metalúrgica, e que, em 2004, retomou incremento na atividade atingindo 6,3%.

Outro destaque do setor industrial baiano em 2004 foi o desempenho da indústria automobilística. O Complexo Automotivo da Bahia, em Camaçari, quebrou mais um recorde de produção devido à implantação do terceiro turno de trabalho e ao início da produção do seu mais novo modelo. Com isso, a expansão dessa atividade em relação a 2003 atingiu 56%.

No setor de serviços, o grande destaque do ano ficou por conta da atividade comercial e de reparação e manutenção, que expandiu em 6,1% o indicador de volume. Beneficiado pelo aumento do nível de emprego e renda, assim como pelas promoções e ampliação dos prazos do crediário, o comércio baiano vem se expandindo desde dezembro de 2003 de forma ininterrupta. Ressalta-se, todavia, que o referido crescimento ocorre sobre a base deprimida do ano anterior, quando o setor apresentou um baixo desempenho.

Praticamente todos os segmentos do comércio varejista apresentaram desempenhos favoráveis no volume de vendas. Os principais destaques do ano ficaram por conta das vendas de veículos automotores, que apresentaram uma expansão nas vendas em 23,7%, e de móveis e eletrodomésticos, que no mesmo período expandiu-se 42,8%. Como as vendas desses segmentos de atividade são basicamente atreladas ao sistema de crediário, pode-se afirmar que a queda nas taxas de juros ao longo do primeiro semestre de 2004, a maior oferta de crédito e a ampliação dos prazos de financiamento das compras contribuíram para a expansão das vendas.

Em relação à agropecuária, recuperada do baixo dinamismo verificado em 2003, o desempenho, em 2004, apontou para uma expansão de 36,6%, ocorrida, sobretudo, em função do excelente resultado da produção de grãos. Fatores estruturais e conjunturais foram decisivos para esse desempenho, a exemplo das boas condições climáticas durante o ano de 2004, dos programas de controle de pragas e da alta nos preços de algumas *commodities* no mercado internacional.

A colheita de grãos para a safra 2004 foi de 5,3 milhões de toneladas, o que representa um acréscimo

de 47,8% comparativamente à do ano anterior, estabelecendo um novo recorde de produção no estado. O total de área plantada de grãos – cerca de 2,9 milhões de hectares – é maior em 6,1% do que o total da área plantada em 2003, refletido por seu rendimento, 39,3% maior que o da safra passada.

A análise por produtos permite observar que a produção de soja, na região Oeste, apresentou elevação de 52%, em relação a 2003, atingindo 2,4 milhões de toneladas. As chuvas verificadas nos cerrados baianos, aparentemente, pouco afetaram a lavoura, apesar dos atrasos que causaram na colheita nos primeiros meses do ano, quando impediram a operacionalização das máquinas colheitadeiras. Soma-se aos bons resultados dessa oleaginosa o controle da ferrugem através de programas de capacitação e treinamento de produtores. Embora se verifique redução da área plantada de 850 mil ha para 821 mil ha, o aumento da produção pode ser atribuído ao aumento do rendimento médio da lavoura por hectare (de 1,8 t/ha, em 2003, para 2,8 t/ha, em 2004).

A lavoura de milho apresentou, também, um resultado bastante satisfatório. A produção ultrapassou a 1,6 milhão de toneladas, representando elevação de 32,4% em relação a 2003. Os resultados devem-se aos processos de rotação de culturas entre milho e soja e, em parte, à redução da área plantada desta última, refletindo os prejuízos causados, no ano anterior, pela propagação da ferrugem da soja.

O feijão, uma das principais culturas do estado, apresentou queda na produção de aproximadamente 7,1%, apesar do discreto incremento na área plantada (1%). O volume de chuvas em 2004 foi insuficiente no período de plantio, sobretudo na principal região produtora, Irecê.

No caso da cana-de-açúcar, diferentemente do observado em outras regiões do País, houve novo aumento da safra baiana. Com quase 5 milhões de toneladas para 2004, de acordo com a PAM/IBGE, os produtores baianos se beneficiaram da majoração dos preços do açúcar no mercado nacional.

Já a lavoura cafeeira apresentou crescimento de 3,3% da produção física. O estado possui reconhe-

cimento no País como grande produtor de cafés especiais, destinados ao mercado internacional. Esse mercado tem conseguido gerar bons resultados, apesar das dificuldades enfrentadas pelos produtores.

Em 2004, a produção de mandioca atingiu 4,2 milhões de toneladas, com variação positiva de 6,7% em relação a 2003. Os preços do produto estavam ainda relativamente baixos, entre

R\$ 100,00 e R\$ 160,00 por tonelada. Os preços da farinha, no estado, também continuam em queda, sendo a saca de 50 kg comercializada a R\$ 35,00.

Os números para o algodão apontaram um aumento de 155% no comparativo 2003/2004. Os agricultores baianos mais que duplicaram a área plantada, com elevação de 136% (superando os 200 mil hectares), alcançando 704,1 mil toneladas.

Com relação às demais atividades, deve-se mencionar que o setor de serviços apresentou uma expansão de 5,5%, atrelada, sobretudo, ao desempenho do setor de transporte e armazenagem, com evolução de 14%, a reboque do crescimento verificado na indústria e na produção agrícola. O setor de alojamento e alimentação, um dos que sinalizam o desempenho do turismo no estado, incrementou-se em 4,4%. Segundo a EMBRATUR, a Bahia é o terceiro destino brasileiro mais procurado pelos turistas estrangeiros (e nacionais), seja para o turismo de lazer ou de negócios, só ficando atrás dos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, respectivamente.

Concluindo, o resultado em 2004 refletiu, dessa maneira, a maturação de novos investimentos estaduais (industriais e agrícolas, na prevenção de pragas e capacitação de pessoal), além da boa recuperação de outros setores extremamente atrelados ao desempenho da economia brasileira e internacional (como os setores do comércio e dos serviços auxiliares às famílias e às empresas).

PIB DA BAHIA REGISTRA CRESCIMENTO ACUMULADO NOS ÚLTIMOS TRÊS ANOS

A economia baiana voltou a apresentar uma expansão no nível de sua atividade interna em 2005. Depois de apresentar um auspicioso desempenho macroeconômico em 2004, quando o PIB expandiu-

se em termos reais 9,2%, novamente a economia baiana registra uma taxa positiva de 4,7% no referido indicador. O resultado esteve associado ao bom desempenho registrado em praticamente todos os setores da atividade econômica, com especial referência à agricultura e indústria de transformação, que em 2005 expandiram 15,9% e 4,8%, respectivamente, em relação ao período imediatamente anterior.

Com relação à indústria de transformação, deve-se mencionar o elevado volume de investimentos realizados pela política de atração de investimentos industriais em 2005. Em destaque, sobretudo, o segmento de celulose, que se expandiu aproximadamente 21%. O resultado global só não foi melhor em virtude do baixo desempenho observado no segmento químico, principal atividade da indústria baiana de transformação. Tal desempenho foi influenciado por uma conjuntura internacional desfavorável, bem como por processos de parada para manutenção em uma das principais plantas do pólo petroquímico de Camaçari. O seu desempenho apresentou uma relativa estabilidade em relação ao patamar de produção do ano 2004, com leve retração (0,3%) no indicador de produção física.

Por outro lado, o segmento de produção de veículos automotores apresentou um resultado acima da média, com expansão de aproximadamente 31%, alcançada, sobretudo, pela entrada em operação do terceiro turno, ainda em fins de 2004, assim como pela atração de mais cinco empresas que operam no complexo automotivo como sistemistas.

Com relação à agricultura, o desempenho de 15,9% esteve atrelado, sobretudo, à expansão da fronteira agrícola do estado em direção à região Oeste. Destacaram-se na comparação 2005/2004 as produções de algodão herbáceo, cujo resultado 16,8% maior que o registrado em 2004 já o coloca como segunda lavoura mais importante do estado, em termos do valor bruto de produção. Apresentaram resultados, também, bastante satisfatórios as lavouras de feijão (39,6%) e cana-de-açúcar (13,1%), em função das chuvas bem distribuídas nas principais regiões produtoras. A soja, que enfrentou problemas semelhantes em todo o País, com a descapitalização dos produtores, apresentou resultado positivo, com um incremento de 4% em relação à safra realizada em 2004. A produção de

grãos foi superior a 5,6 milhões de toneladas, estabelecendo mais um recorde na safra baiana.

Outros segmentos da economia baiana registram taxas positivas, a exemplo do comércio, que há dois anos consecutivos registra incremento no volume de vendas. O resultado de 3,5% em relação a 2004 foi corroborado pelo aumento na massa salarial e no nível de empregos, principalmente os formais, que segundo os dados do Ministério do Trabalho atingiram 63.952 postos criados em 2005, o que significa um nível 6,3% maior que o registrado em 2004. Praticamente todos os setores do varejo baiano apresentaram expansão nas vendas, com destaque para o segmento de móveis e eletrodomésticos – setor fortemente relacionado à oferta de crédito –, que há 25 meses apresenta expansões ininterruptas no volume de vendas (em 2005 a taxa de crescimento do segmento chegou a 40%, em relação a 2004).

Finalizando, cumpre destacar o desempenho de setores que guardam correlação direta com o aumento do nível da atividade interna – a construção civil e o setor de transportes. O resultado da construção foi bastante modesto em 2005, com expansão de apenas 2,9%, portanto, abaixo do desempenho do PIB baiano. Já o segmento de transportes apresentou um desempenho de aproximadamente 3,5% em relação a 2004, resultado que foi alcançado, sobretudo, pelo desempenho dos modais aéreo (com expansão superior a 11%, fortemente atrelada ao incremento turístico no estado) e hidroviário, cuja expansão de 6,8% pode ser atribuída ao aumento do comércio exterior baiano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nova série de Contas Regionais, que agora passou a ser divulgada, caracteriza-se pela amplitude das atualizações introduzidas no âmbito de sua metodologia e procedimentos de cálculo. O emprego das pesquisas econômicas anuais e contínuas, nas quais se pode obter os valores correntes das atividades, muda, em grande medida, a lógica de cálculo, antes dependente do processo de extrapolação dos dados censitários. Ao decidir por implementar tais mudanças, busca-se a construção de agregados macroeconômicos regionais que possam refletir de

maneira mais atual as mudanças que se processam na economia. Trata-se, portanto, de uma operação necessária e indispensável, tendo em vista a modernização do sistema estatístico nacional.

Como se procurou evidenciar, a despeito das modificações metodológicas realizadas para a mensuração do Produto Interno Bruto, as atividades econômicas seguiram seu curso, ao tempo em que os novos instrumentos para

a sua mensuração e consolidação estavam sendo aperfeiçoados. Isso significa dizer que, apesar do modelo de mensuração da economia ter a sua metodologia modificada, no sentido de se tornar mais atual e eficiente, toda uma gama de indicadores e pesquisas conjunturais continuou a ser produzida e, quando incorporada ao novo modelo de cálculo do PIB, revelou, para o período dessa análise, uma expansão acumulada na atividade econômica do estado da ordem de 16,9%, entre 2002 e 2005.

A nova metodologia não mudou os fatos econômicos, apenas possibilitou uma nova leitura dos mesmos.

Pode-se afirmar que a despeito da maior agregação de valor pelo setor de serviços, captada pela nova série do PIB, a economia baiana também passou por um impulso industrial muito grande nos últimos anos, com atração de empreendimentos industriais, especialmente por meio de incentivos fiscais, diferimento de ICMS e apoio logístico.

Com esse impulso, a indústria de transformação, tal qual na série anterior, continuou sendo o maior setor individual na agregação de valor ao PIB baiano, com aproximadamente 17% da estrutura produtiva. Entretanto, conforme demonstrado, o setor de serviços foi melhor medido nessa nova metodologia, revelando maior contribuição à formação das riquezas no estado. Essa é uma tendência mundial que cada vez mais se acentua, especialmente nos países mais desenvolvidos, que têm justamente no setor de serviços a principal fonte de contribuição à produção interna.

O Sistema de Contas Nacionais (SNA) das Nações Unidas recomenda que sejam realizadas, nas Contas Nacionais, revisões, incorporações e avanços metodológicos em um período não superior a cinco anos de mensuração. Dessa forma, as altera-

ções metodológicas ora implementadas respaldam-se na necessidade premente de atualização das ponderações e revisão de conceitos, que precisam ser aperfeiçoados ao longo do tempo, bem como a inserção, no cálculo, de novas pesquisas e instrumentos de mensuração.

A nova metodologia não mudou os fatos econômicos, apenas possibilitou uma nova leitura dos mesmos

Essa atualização de procedimentos e metodologia não desqualifica, entretanto, a forma como o cálculo vinha sendo realizado anterior-

mente, pois o mesmo, respeitando os conceitos do SNA, orientava-se por instrumentos e informações existentes à época. Com o auxílio de pesquisas anuais – o que não era possível na gênese do cálculo anterior –, pode-se atualizar com maior rapidez e incorporar ao PIB, os novos segmentos que passam a fazer parte da dinâmica econômica dos estados brasileiros.

Os resultados da nova série refletem o esforço coletivo entre o IBGE e os órgãos estaduais de estatística do Brasil, que, ao longo dos últimos anos, buscaram aperfeiçoar a captação das informações e sua aplicação em um modelo que permitisse, entre outros aspectos, unicidade metodológica. Como o que ocorre com outras metodologias, em especial para mensurações econômicas, elas representam uma tentativa de simplificar uma determinada realidade a um modelo lógico, universal e comparável no tempo e no espaço.

O aperfeiçoamento dessa metodologia permitirá que as informações mensuradas em nível regional possam ser organizadas em um sistema que, a posteriori, possibilite a construção das contas pela ótica da renda, da demanda, que, em conjunto com o cálculo atual, realizado pela ótica do produto, conformem um completo Sistema de Contas Regionais.

Nesse sentido, é importante que o processo de atualização metodológica convirja para a construção e aperfeiçoamento desse sistema, possibilitando a montagem de uma Tabela de Recursos e Usos (TRU), em âmbito regional. Com esse instrumental será possível iniciar o processo de construção das chamadas Contas Satélites, que possibilitarão aumentar a capacidade analítica, com base nos agregados macroeconômicos.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO (Brasil). *Produção e refino de petróleo e outros combustíveis*. Disponível em: <<http://www.anp.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2007.
- BRASIL. Ministério do Turismo. *EMBRATUR*: relatórios de turismo no Brasil. Brasília, 2007.
- CENTRO INTERNACIONAL DE NEGÓCIOS DA BAHIA – PROMO. *Desempenho do comércio exterior*. Disponível em: <<http://www.promobahia.com.br>>. Acesso em: 12 maio 2007.
- COMPANHIA DAS DOCAS DO ESTADO DA BAHIA. *Evolução das exportações nos portos baianos*: portos da Codeba e terminais privativos. Salvador: CODEBA, 2007.
- EMPRESA BRASILEIRA DE INFRA-ESTRUTURA AEROPORTUÁRIA. *Movimentações operacionais no Aeroporto Internacional Deputado Luís Eduardo Magalhães*. Salvador: INFRAERO, 2007.
- FIGUEIRÔA, Edmundo Sá Barreto; PESSOTI, Gustavo Casseb. O novo PIB da Bahia: breves notas metodológicas e rebatimentos regionais. *Conjuntura & Planejamento*, Salvador, n. 155, p. 54-59, abr./jun. 2007.
- IBGE. *Sistema de contas nacionais*: Brasil 2000-2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2007a. 77 p. (Contas nacionais, n. 19).
- _____. *Levantamento sistemático da produção agrícola*. Rio de Janeiro, 2007b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 maio 2007.
- _____. *Pesquisa agrícola municipal*. Rio de Janeiro, 2007c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2007.
- _____. *Pesquisa pecuária municipal*. Rio de Janeiro, 2007d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 nov. 2007.
- IBGE. *Pesquisa industrial mensal produção física*: regional. Rio de Janeiro, 2007e. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2007.
- _____. *Pesquisa mensal do comércio*. Rio de Janeiro, 2007f. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 21 maio 2007.
- NACIONES UNIDAS. *Sistema de cuentas nacionales*. Nueva York: ONU, 1993. Version 4.
- SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. *Dados do PIB estadual e nacional*. Disponível em: <<http://www.sei.ba.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2007.